

Vargas e Borges: as práticas coronelistas entre o poder local e o regional na República Oligárquica.

Suzana Zanet Garcia *

Resumo: Este artigo tem como núcleo central de pesquisa analisar o sistema coronelista no Rio Grande do Sul durante a Primeira República. O contexto político nesse período converteu-se em palco de fraudes e violências. Em meio a esse cenário sóciopolítico, aferimos perceber as múltiplas práticas coronelistas que consubstanciariam as relações de micro poder efetivadas entre Getúlio Vargas e Borges de Medeiros em nível local, regional e estadual.

Palavras-chave: coronelismo, Getúlio Vargas, Primeira República.

Abstract: The main research objective of this paper is to evaluate the coronelista system in Rio Grande do Sul over the First Republic. The politic context in this period became a fraud and violence stage. In the midst of this socio-politic scenery, we could observe multiple coronelistas practices that consubstantiate the relationship of micro power achieved between Getúlio Vargas and Borges de Medeiros in local, regional and state level.

Keyword: coronelismo, Getúlio Vargas, First Republic

Considerações iniciais

O coronelismo¹, como sistema político, foi prática costumeira durante a Primeira República, atingindo com seus tentáculos todos os estados brasileiros. Os estados, por sua vez, seriam de extrema importância para “a recém inaugurada ordem política” (SOUZA, 1995:162), pois, balizados por um regime político descentralizado, comandados a partir de partidos únicos regionais, impulsionariam as práticas de violência, fraudes eleitoras, relações clientelistas e perseguições políticas entre as esferas de poder local, estadual e até mesmo federal, deflagradas com a política dos governadores. (IDEM, 1995).

Em meio a um cenário de transformação do regime vigente, a República no Rio Grande do Sul seria implantada por uma minoria de republicanos. Seus dirigentes e partidários engendrariam estratégias políticas para conseguir estabelecer e manter-se no poder. Para tanto, uma das principais artimanhas políticas se deu com a substituição nos comandos locais de diversos municípios, montando uma rede de compromissos dentro das

* Mestranda do PPG de História das Sociedades Ibéricas e Americanas, PUCRS.

¹ Entendemos coronelismo como, “o poder exercido por chefes políticos sobre certo número de pessoas que deles dependem. Tal situação visa objetivos eleitorais que permitam aos coronéis a imposição de nomes para cargos que eles indicam. Têm sua autoridade reconhecida pelo consenso do grupo social de base local, distrital ou municipal e, algumas vezes, regional, geralmente devido a seu poder econômico de grandes estancieiros ou grandes proprietários” (FÉLIX, 1996:28).

facções do PRR (AXT, 2007: 98). No contexto em questão, as bases coronelistas localizadas nos municípios seriam de imprescindível importância, uma vez que possibilitariam ao aparelho do Estado a legitimação e a consolidação de seu poder. As bases coronelistas, por sua vez, aglutinavam os mandatários locais: os coronéis, que, visando obter poder e prestígio político no âmbito municipal e regional, fomentariam os jogos de interesses privados e públicos engendrados entre o poder local *versus* o poder estadual (FÉLIX, 1996: 33).

No somatório final das diversas estratégias e projetos políticos realizados pelo regime castilhista-borgista, a sociedade Sul-rio-grandense se caracterizaria por ser “ora liberal, ora positivista no discurso, oligárquica na conformação social, coronelista na prática política e constitucionalmente autoritária” (AXT, 2001: 326).

De posse dessas informações, visando a elaboração da dissertação, pretende-se ilustrar como se davam as relações de micropoder, imbuídas de práticas coronelistas, entre o poder local – representado neste trabalho pelo protagonista Getúlio Dornelles Vargas e sua família – a partir do município de São Borja e o poder estadual, consubstanciado por Borges de Medeiros, durante os anos de 1913 a 1917. O ponto de partida deste estudo de caso se dá com a renúncia de Getúlio Vargas ao cargo de deputado estadual da Assembléia dos Representantes no ano de 1913. Após esse ato, Getúlio seguiria para São Borja e conjuntamente com sua família enfrentaria embates e querelas políticas no conturbado cenário de acusações e contestações do poderio do clã dos Vargas.

Entre as fontes utilizadas neste trabalho, destaca-se a análise de diversas cartas do Fundo documental de São Borja, depositadas no acervo do Arquivo Borges de Medeiros, sob a guarda do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. A leitura de diferentes obras sobre o período e sobre os protagonistas foram igualmente esclarecedoras para o entendimento da problemática proposta.

Situado o contexto mais geral dos aspectos intrínsecos ao coronelismo, destacam-se algumas considerações sobre as formas de dominação e as práticas coronelistas efetivadas no interior do estado Sul-rio-grandense, inseridas na rede de compromissos borgista durante a República Oligárquica.

Borges de Medeiros e a rede de compromissos no sistema coronelístico

No Rio Grande do Sul, o poder estadual estava representado pelo autoritário Borges de Medeiros, o qual era reconhecido como estrela maior da constelação partidária do PRR. Antônio Augusto Borges de Medeiros na concepção de João Neves da Fontoura, admirador e partidário de Borges, foi “um símbolo de uma era (...) fiel a suas idéias, eficiente na sua

prédica, leal aos princípios e aos amigos, modesto, sem aspirações, com uma esplêndida formação jurídica” (1958:4- 6). Porém, para seus inimigos políticos, Borges de Medeiros, se caracterizava por ser “homem sequioso de poder pessoal (...) aprendiz de feiticeiro, (...) e ditador larval (...)”, (MOTTA, 1989:142-143). Em meio a seguidores e contestadores de seu governo e fiel à causa republicana, assume o governo do Rio Grande do Sul em 1898, passando “a governar o Rio Grande sobre um vulcão” (Fontoura, 1958:36). Consequentemente, não mediria esforços para enfaixar em torno de seu poder os partidários republicanos, visando consolidar sua autoridade no estado em detrimento ao poder do coronel no âmbito municipal (AXT, 2004). Enquanto Borges de Medeiros tentava impor o domínio férreo do estado e de sua vontade, no qual “você pensa que pensa, mas quem pensa sou eu” (ALMEIDA, 1928:13), os mandatários locais buscavam espaços de autonomia frente à ordem vigente. Estabelecia-se, então, uma “guerra de posições” entre o poder local e o estadual na busca pelo poder. Nessa guerra, ambos os lados utilizavam das práticas coronelistas para atingir seus objetivos, sendo a “natureza dessa relação (...), ao mesmo tempo, de cooperação e de competição” (AXT, 2006:91),

Em meio a esse panorama sóciopolítico, Borges de Medeiros, denominado pelos seus adversários federalistas de *papa verde*², buscava a chefia unipessoal, visando concentrar em suas mãos o poder de dirigente do partido e a presidência do estado sul-rio-grandense. Este atinge seu objetivo no ano de 1913, respaldando “o comando partidário e o controle governativo com uma *rede de compromissos* solidamente entranhada no interior do estado” (AXT: 2007:98-99. Grifos do autor). Assim, Borges de Medeiros consegue prosseguir com a continuidade administrativa – “verdadeiro cordão umbilical do regime castilhistas” (RODRÍGUEZ, 2000:143), assegurando o projeto castilhista-borgista, do bem público entendido como o “fortalecimento do Estado, a fim de deixar aberto o caminho para o reto cumprimento de sua função moralizadora e chegar, desta forma, à instauração do regime da virtude” (Idem, 2000:127).

Para auxiliar na manutenção do *status quo* do domínio do peerrepista, Borges de Medeiros também utilizaria da disciplina partidária, alicerçada nos seguintes instrumentos: na constituição de 14 de julho; no poder ditatorial de cancelar eleições e intervir nos assuntos partidários locais; na lealdade ao partido; “na capacidade dos coronéis de mobilização dos votos em seus distritos, empregando a violência e a fraude quando necessárias e na eficiência

² O jornal Correio do Sul, publicado na cidade de Bagé a partir de 1914, denominava o PRR de a “*Ordem dos Beneditinos Verdes*”, comandada pelo *papa verde* ou *cardeal verde* Borges de Medeiros, escarnecendo o propalado caráter idealista e disciplinado dos membros do partido.

da poderosa Brigada Militar estadual que podia ser empregada para fins políticos” (LOVE, 1975:82). Esses instrumentos de cooptação e de coerção se transmutavam em mecanismos articuladores do aparelho do estado com as bases locais. Entre esses mecanismos, figuram o emprego da Guarda Nacional e corpos provisórios; o aparato policial (chefe e subchefia de polícia), coronéis e delegados de polícia (FÉLIX, 1996: 33).

Além da prática da violência, ocorria também o emprego de meios legais e extralegais para auferir vantagens, balizadas na ambigüidade da autonomia extralegal, ou seja, na obtenção da carta branca que o governo estadual outorga aos aliados locais reforçando o compromisso do coronelismo (LEAL, 1978). Essa autonomia se refletia nas ganhos de vantagens e prebendas que Borges de Medeiros ofertava, sendo a concessão de cargos públicos a maior demonstração de poder e de domínio que objetivava o coronel municipal. Nesse jogo político de mando é que residiam os compromissos coronelistas. O coronel, em troca do seu reconhecimento por parte de Borges de Medeiros, deveria ser capaz de alistar um maior número de eleitores, o que se fazia através do uso de fraudes e arbitrariedades das mais gerais³. Atuando nessa direção, Borges de Medeiros contribuiria para corroborar com o sistema coronelista.

1913: prenúncio de tempos tumultuosos

O ano de 1913, para o recém reeleito deputado estadual Getúlio Dornelles Vargas, estaria impregnado de incertezas. Em outubro daquele ano Getúlio Vargas, em discurso na Assembléia dos Representantes, renunciava a seu mandato de deputado estadual:

“(…) não solicitei esse mandato, nem alguém o solicitou por mim; não o recebi como uma investidura de confiança política do chefe do meu partido, mas, uma vez que a minha eleição infringiu as normas da disciplina implantada entre nós, devolvo-o a esse mesmo chefe que me o confiou, para que este delle o faça o uso que lhe aprover”.⁴

Com esse discurso, Getúlio Vargas ilustrava o nível de confronto que, a partir de então, configurariam suas ações políticas com o presidente do Estado do Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros. As informações colhidas até aqui, referentes aos motivos que consubstanciaram esse episódio, resumem-se através da soma de três diferentes – mas ao mesmo tempo interligados – fatores de ordem política e pessoal. O primeiro está relacionado

³ Entre estas arbitrariedades e fraudes eleitorais podemos citar o “bico de pena” onde, segundo Victor Nunes Leal, “inventavam-se nomes, eram ressuscitados os mortos e os ausentes compareciam; na feitura das atas, a pena toda-poderosa dos mesários realizava milagres portentosos”. Ver LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. 4. ed. São Paulo : AlfaOmega, 1978, p.229.

⁴ Fragmento do discurso de renúncia de Getúlio Vargas. Jornal, A Federação, 11/10/1913.

às origens da própria renúncia, motivada pela ocorrência da fraude eleitoral de Cachoeira do Sul, onde João Neves da Fontoura e Odon Cavalcanti foram chapas das cédulas oficiais do Partido, enviadas às regiões adjacentes, em benefício aos candidatos de seu grupo político dentro do PRR, fraude eleitoral que transformou-se em um forte escândalo. Borges não apóia os candidatos que são beneficiados com esse ardil, utilizando do sistema da “degola”⁵ para impedir sua posse. Esse episódio engendra o segundo fator, visto que “a situação de intervenção em Cachoeira teve como decorrência uma disputa pelo controle político do PRR também em São Borja, (...), por um grupo de adversários dos Vargas,” (COLUSSI, DIEHL, 2008:122).

O terceiro e último fator aglutina-se em torno da contestação política do prestígio dos Vargas. São Borja vivenciava um clima de disputa interpartidária, já no início de 1911, fomentada pela indicação do irmão de Getúlio Vargas, Viriato Vargas, à intendência desse município. Partidários do PRR escrevem para Borges de Medeiros denunciando a constante prática de violência por parte de Viriato e dos Vargas. Essas denúncias fariam com que Getúlio Vargas necessitasse empenhar todas as suas forças para assegurar o poder de sua família no município e nas regiões subjacentes, pois percebia que as ações de Borges de Medeiros para com a facção varguista destoavam por completo das “normas seguidas (...) nos municípios cuja direção merece confiança”⁶. Iniciava-se, então, no município de São Borja, um período de embates interpartidários no seio do PRR, forjando lealdades inabaláveis e ódios profundos.

As ações e estratégias políticas de Getúlio Vargas e sua família narradas nas correspondências

As correspondências estabelecidas entre o clã dos Vargas e Borges de Medeiros possibilitam compreender e, ao mesmo tempo, costurar as relações de amizades, embates, oposições, estratégias, articulações, práticas coronelistas e anseios políticos dos protagonistas envolvidos nos mecanismos do poder. Através da leitura e apreciação dessas, percebe-se que Getúlio Vargas estava diretamente envolvido nas disputas políticas entre as facções republicanas locais. Suas ações remetem a diversos contatos com pessoas do seu meio de influência que circulavam nas esferas políticas a nível local e estadual, visando estabelecer

⁵ A “degola” se constitui como um dos principais expedientes para a falsificação eleitoral, caracterizando-se no impedimento da posse de candidatos indesejáveis através da alegação de fraudes ou irregularidades burocráticas. Também, podia ser retirado os nomes de deputados das listas para as legislação seguintes. A câmara de deputados detinha uma comissão responsável por organizar a lista dos deputados presumidamente legítimos para a legislação seguinte.

⁶ Carta de Getúlio Vargas a Borges de Medeiros. Fundo documental Borges de Medeiros, nº. 8636, São Borja, 20/11/1913. IHGRGS

acordos políticos, referentes a intendência de São Borja⁷. Entre esses contatos, Getúlio Vargas contava com a amizade de seu amigo e compadre Firmino Paim Filho, que ocupava, no ano de 1913, a direção geral da Secretaria do Interior e Exterior, o que possibilitava estreito convívio com o presidente do Estado do Rio Grande do Sul, realizando, dessa forma, importantes mediações entre os Vargas e Borges de Medeiros. Ressalta-se também que, como advogado, Getúlio atuaria em inúmeras questões judiciais, (questões de terras, linhas telefônicas, crimes, agravos...), construindo ou mesmo solidificando as redes de solidariedades herdadas de seu pai Manoel Vargas e tecendo relações de micropoder.

Em meio a esse microcosmo sociopolítico, Getúlio Vargas procurava estabelecer a magnitude da autoridade e dos serviços prestados por sua família à causa republicana em contraposição a seus inimigos políticos. Enfatizava o político que, “com Viriato está meu pai, um nome bastante conhecido, desinteressado e cheio de serviços, gozando indistintamente da estima e consideração de todo o município”, não aceitando que Borges de Medeiros colocasse “nos pratos da mesma balança elementos tão dispares”. Na sua concepção a grei adversária republicana que disputava o domínio do poder em São Borja abarcava “apenas Benjamim Torres, a família Escobar, dois ou três indivíduos sem nenhuma imputabilidade, juntamente com duas ínfimas rameiras, compradas para depor”.⁸ Assim, ao defender as virtudes de sua família, alegava que a dissidência minoritária visava apenas interesses pessoais, bem com a carreira política. Interesses esses que para o discurso da época eram inadmissíveis, visto que os verdadeiros republicanos deveriam mostrar desinteresse, desapego ao poder e a ambições pessoais (RODRÍGUEZ, 2000).

Por meio das correspondências analisadas, encontramos indícios de que Getúlio Vargas era o intermediário entre sua família e o governo de Borges de Medeiros em São Borja. Borges de Medeiros já no ano de 1911 protelava em aceitar a nomeação de Viriato Vargas ao cargo de intendente municipal, “alterando profundamente a ordem estabelecida” no município são-borjense. Em vista dessa incerteza, Manuel Nascimento Vargas, pai de Getúlio Vargas, “delega poderes plenos” a este último para tratar junto a Borges de Medeiros a questão da sucessão intencional⁹. Compreende-se que a demora de Borges de Medeiros em atender a solicitação visava analisar a relevância de oferecer seu apoio ao filho do Coronel Vargas. Era praxe o chefe do PRR atentar para as trocas de intendentes, assegurando, dessa

⁷ Fundo documental Borges de Medeiros, nº. 8644, São Borja, 24/03/1914. IHGRGS.

⁸ Carta de Getúlio Vargas a Borges de Medeiros. Fundo documental Borges de Medeiros, nº. 8636, São Borja, 20/11/1913. IHGRGS

⁹ Carta de Manuel N. Vargas a Borges de Medeiros. Fundo documental Borges de Medeiros, nº. 88628, São Borja, 02/06/1911. IHGRGS

forma, chefias leais que pudessem ser manipuladas e que garantissem o fortalecimento do Estado e, conseqüentemente, sua permanência no poder. Nesse episódio, a *priori*, sairia vencedor a família Vargas, pois Getúlio cumpre a missão com maestria e seu irmão Viriato Vargas assume o cargo de intendente de São Borja.

Na continuação do jogo político pela busca de posições, observa-se a recorrência aos aspectos intrínsecos ao coronelismo e ao clientelismo. Comprova tal afirmação a correspondência datada em 16 de abril de 1913, na qual Getúlio Vargas agradece a Borges de Medeiros pelo emprego oferecido a seu correligionário, reforçando, assim, a habitual prática de favorecimento de cargos públicos a amigos. Esse método aumentava consideravelmente o prestígio da facção varguista, pois deter a possibilidade da nomeação de cargos públicos reforçava o *status* de poder. Outra ocorrência reveladora dessas práticas pode ser encontrada no requerimento de novos subdelegados, para os quatro distritos de São Borja; todos os indicados faziam parte do círculo de influência dos Vargas e eram subintendentes em seus respectivos distritos.¹⁰ Cabe lembrar que “as eleições decidiam-se no corpo-a-corpo dos coronéis com os cabos eleitorais e eleitores nos distritos, em vista do que os subintendentes, personagens diretamente conectados aos eleitores, eram sempre figura-chave” (AXT, 2007:115). As solicitações de cargos públicos eram acompanhadas do discurso de serem os indicados detentores de valerosos préstimos e “distintos correligionários” servidores do partido. Ou seja, legitimava-se a escolha de sectários condizentes com o trato das questões públicas, solapando as verdadeiras manobras políticas coronelistas de controle das instituições municipais e estaduais. Era, assim, estimulado o concurso das vantagens e prebendas típicas da rede de compromissos borgista.

No contexto em questão, o clã dos Vargas vivenciaria o reverso da obtenção do apoio do chefe do partido. Em meio a conjuntura de enfrentamentos e de contestações, Borges de Medeiros, na sua estratégia de “dividir as bases dos coronéis pra ter poder de barganha” (FÉLIX, 1996:72), fomenta o confronto interpartidário entre as duas facções republicanas em São Borja. Valendo-se do abalo político dos Vargas, Medeiros faz com que Viriato Vargas desista do cargo de intendente no ano de 1914. Ao mesmo tempo, nomeia para a cidade novos serventuários da justiça, substituindo o juiz da comarca e o juiz distrital, outrora pertencente à rede de influência dos Vargas (COLUSSI, DIEHL, 2008: 129). Envia também um delegado especial para averiguar os fatos, fazendo com que a oposição varguista acreditasse no

¹⁰ A guisa de exemplo, podemos citar Vicente Goulart, subintendente do 2º distrito de São Borja e pai de João Goulart. Carta de Viriato Vargas a Borges de Medeiros. Fundo documental Borges de Medeiros, nº. 8630, São Borja, 22/05/1913. IHGRGS

aniquilamento de seus adversários. As paixões políticas se exaltam. Os Vargas torna-se mais truculentos (IDEM, 2008), “rodeado de capangas”, Manuel do Nascimento Vargas “cruzava as ruas da cidade e penetrava na própria sala das audiências pensando intimidar a toda gente”¹¹. Além da intimidação, o uso da violência associada ao coronelismo também se fazia presente nas práticas efetivadas pelo clã dos Vargas, seus “opositores políticos locais acusaram um dos irmãos de Getúlio, Viriato, de dois assassinatos e 76 cidadãos de São Borja escreveram a Borges em 1919, queixando-se da violência praticada pelo clã de Vargas” (1975:234).

O domínio dos Vargas em São Borja, no entanto, logo se restabeleceria. A eleição municipal de 1915 seria fundamental para expor o domínio varguista, pois na concepção coronelista em questão o voto constituía-se em forte poder de barganha (FÉLIX, 1996: 142). Essa eleição não seria diferente das demais, caracterizadas pela fraude e pelo domínio dos coronéis detentores dos meios de coerção e cooptação do eleitorado. Ao final da campanha eleitoral, os derrotados não deixaram de manifestar os meios fraudulentos utilizados pela grei varguista para a obtenção da vitória: a demora na distribuição das seções; dificuldade para qualificação de eleitores e extração de títulos¹². O resultado final evidenciava a vitória dos Vargas, somando um total de 1116 votos contra 477 votos da grei republicana adversária conduzida por Raphael Escobar. Essa disputa eleitoral era atentamente acompanhada por Borges de Medeiros, que objetivava apurar a força eleitoral das facções que se digladiavam no município. Durante sua ausência no cenário político estadual, por motivos de doença, no ano de 1915, Protásio Alves mantinha-o informado dos acontecimentos locais, através de cartas ou telefonemas. Ressaltamos uma dessas cartas que relatam bem o ambiente conturbado vivenciado em São Borja, bem como revelava a notoriedade eleitoral dos Vargas: “As facções continuam irreconciliadas, (...). Os Vargas afastaram-se, segundo informou-me Érico, nada atendendo quanto à política o General; tem todavia a facção de sua antiga chefia a grande maioria do eleitorado – seja mais de mil sobre trezentos- (...)”¹³. O interessante é que esta também informa que os Vargas estavam afastados do poder, fato que é negado pelo relato de Raphael Escobar em missiva a Protásio Alves:

¹¹ *O crime de São Borja*, Alegações dos drs. Raphael Escobar e Alberto Rego Lins. Porto Alegre, 1917. p. 6.

¹² Carta de raphael Escobar a Protásio Alves. Fundo documental Borges de Medeiros, nº8671 São Borja, 08/09/1915. IHGRGS

¹³ Fundo documental Borges de Medeiros, nº 12753. Porto Alegre, 11/02/1916.

Os Vargas, que, de si, eleitoralmente nada valem, foram investidos da chefia local (...). Ainda não foram dela oficialmente destituídos, o que lhes permite, ainda hoje, jogar com o apoio oficial, para arrastar o eleitorado. (...). As nomeações tem sido até agora por eles feitas. O funcionalismo, tanto municipal estadual como federal, é deles. O oficial de registro eleitoral é deles (...). As mesas eleitorais são por eles organizadas¹⁴.

Quem estava narrando a verdade talvez não importasse para Borges de Medeiros. Tornava-se apenas imprescindível conhecer qual das duas facções poderia garantir o seu continuísmo no poder. Nesse ínterim, quem colheria os “louros da vitória” seria o clã dos Vargas, destacando-se como grande estrategista e articulador Getúlio Dornelles Vargas.

As estratégias e práticas coronelistas de Getúlio Vargas seriam reconhecidas por Borges de Medeiros nesse mesmo ano através da oferta do cargo de chefe de polícia do estado, que seria refutado por Getúlio devido a disputas que ainda convulsionavam a cidade de São Borja¹⁵. O telegrama enviado por Borges de Medeiros na data de 29 de novembro de 1915 deixa explícito esse reconhecimento: “atendendo vossa escusa justificada, (...), apreciando porém vossos dotes pessoais e prestimoso concurso cívico, terei satisfação em concorrer vossa elevação política, para o que aguardarei apenas necessária oportunidade. Saudações afetuosas. Borges de Medeiros”¹⁶.

A oportunidade surgiria no ano de 1917, quando Getúlio receberia novamente o convite para participar da Assembléia dos Representantes. Borges de Medeiros, então, constata a importância política da qual Getúlio Vargas era merecedor.

Considerações finais

No município de São Borja, as práticas coronelistas, tais como as fraudes eleitorais, a desorganização dos serviços públicos vigentes, o mandonismo e as práticas coercivas de violência aferiram nas relações de micro-poder entre Getúlio Vargas e Borges de Medeiros. Detentores dos mecanismos político-administrativos e coercivos, o clã dos Vargas reuniria em torno de sua facção republicana, uma considerável parcela de eleitores, solidificando, assim, a essência do compromisso coronelista de incondicional apoio a Borges de Medeiros nas eleições estaduais e federais. Getúlio, por estar inserido no sistema coronelista, bem como sua família, procurou construir junto a Borges de Medeiros uma auto-imagem de verdadeiros republicanos, dotados de alta capacidade no trato das questões políticas e administrativas, prestigiados pela população local, onde a prática política se revelava como uma missão,

¹⁴ Fundo documental Borges de Medeiros, n 8669. São Borja, 06/08/1915.

¹⁵ Fundo documental Borges de Medeiros. Espécie telegrama. 01/12/1915. IHGRGS

¹⁶ Fundo documental Borges de Medeiros. Porto Alegre. 29/11/1915. . IHGRGS

desprovida de ambições pessoais. Tal discurso vinha, no entanto, ao encontro da pureza de intenções e do bem público construído pelo projeto castilhistaborgista (RODRÍGUEZ, 2000), que contribuía para afiançar o domínio do PRR.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, J., Pio de. *Borges de Medeiros*. Porto Alegre: Globo, 1928.

AXT, Gunter. *Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS*. In: cadernos IHU Idéias, ano 2, nº. 14, 2004, p. 2-23.

_____. *O Ministério Público no Rio Grande do Sul: evolução histórica*. Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça. Memorial do Ministério Público, 2006.

_____. Coronelismo indomável: o sistema de relações de poder. In: GOLIN, TAU E BOEIRA, NELSON. (Orgs.). *República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. –v.3 t.1. p, 89-128.

_____. *O poder judiciário na sociedade coronelística gaúcha (1889-1929)*. Revista da AJURIS, nº 82, Porto Alegre, 2001c.

COLUSSI, Eliane e DIEHL, Astor Antônio. *Guardados da memória política: o caso dos Vargas*. Passo Fundo: UPF editora, 2008.

FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. 2. ed. Porto alegre: Mercado Aberto, 1996.

FONTOURA, João Neves da. *Memórias: Borges de Medeiros e seu tempo*. Rio de Janeiro: Globo, 1958.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 4. ed. São Paulo : Alfa-Omega, 1978.

LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MOTTA, José do Patrocínio. *República fratricida: revoluções Rio-grandenses de 1835-1932*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989.

RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. *Castilhismo uma filosofia da República*. Brasília: Senado Federa. Conselho Editorial, 2000.

SOUZA, Maria do Carmo Campello. O processo político-partidário na Primeira República. In: Mota, Carlos Guilherme. (Org.). *Brasil em perspectiva*. 20. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1995.